

Tribunal determina bloqueio de bens do ex-prefeito de Trairão, no montante de R\$ 10,4 milhões

Foto: Reprodução | A decisão foi tomada durante sessão realizada na última quinta-feira (29).

No dia 29 de maio, o Tribunal de Contas dos Municípios do Pará (TCMPA) homologou durante a 28ª Sessão Plenária Ordinária, sob a condução do conselheiro Lúcio Vale, presidente da Corte de Contas, o voto do conselheiro Antonio José Guimarães que julgou procedente representação contra Valdinei José Ferreira, popularmente conhecido como Django Ferreira, ex-prefeito de Trairão. A decisão, que encampou sugestão do conselheiro Daniel Lavareda, determinou expedição de medida cautelar de indisponibilidade de bens do ex-gestor, no montante de R\$ 10.464.465,00.

A representação, encaminhada pelo então presidente da Câmara de Vereadores de Trairão, Aridelson de Almeida (exercícios 2023/2024), apontou supostas irregularidades em certames licitatórios relacionados à locação de veículos, caminhões e máquinas pesadas destinados a atender as demandas do município.

Segundo o relatório da 4ª Controladoria do TCMPA, que embasou a decisão, foram constatadas graves irregularidades, incluindo a ausência de comprovação da regularidade das despesas realizadas e pagamentos acima dos valores previstos em contrato. O conselheiro relator destacou que o ordenador das despesas não apresentou documentos que comprovassem a correta aplicação dos recursos, limitando-se a questionar a obrigatoriedade da apresentação.

Dante das irregularidades comprovadas, o Plenário do TCMPA decidiu, além da indisponibilidade dos bens, transformar o processo em Tomada de Contas e remeter os autos ao Ministério Público do Estado para as devidas providências. O Poder Legislativo de Trairão também será comunicado da decisão.

A apuração do TCMPA teve como ponto de partida o relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) “DOS ALUGUÉIS DE FAZ DE CONTAS”, instaurada pela Câmara de Vereadores de Trairão para investigar a execução dos contratos de locação de veículos e máquinas firmados pela prefeitura.

A CPI apontou indícios de fraude em licitações, ausência de comprovação da prestação dos serviços e falta de documentos que comprovassem a propriedade ou existência dos equipamentos.

Fonte: O Impacto e Publicado Por:
<https://www.adeciopiran.com.br> em 05/06/2025:18:00:00 Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação blog <https://www.adeciopiran.com.br> (93) 98117 7649/ e-mail: <mailto:adeciopiran.blog@gmail.com>

Moradia digna e funcional: como a tecnologia pode ajudar famílias da região a planejar melhor seus lares

Foto: Reprodução | A decisão foi tomada durante sessão realizada na última quinta-feira (29).

No dia 29 de maio, o Tribunal de Contas dos Municípios do Pará (TCMPA) homologou durante a 28ª Sessão Plenária Ordinária, sob a condução do conselheiro Lúcio Vale, presidente da Corte de Contas, o voto do conselheiro Antonio José Guimarães que julgou procedente representação contra Valdinei José Ferreira, popularmente conhecido como Django Ferreira, ex-prefeito de

Trairão. A decisão, que encampou sugestão do conselheiro Daniel Lavareda, determinou expedição de medida cautelar de indisponibilidade de bens do ex-gestor, no montante de R\$ 10.464.465,00.

A representação, encaminhada pelo então presidente da Câmara de Vereadores de Trairão, Aridelson de Almeida (exercícios 2023/2024), apontou supostas irregularidades em certames licitatórios relacionados à locação de veículos, caminhões e máquinas pesadas destinados a atender as demandas do município.

Segundo o relatório da 4ª Controladoria do TCM, que embasou a decisão, foram constatadas graves irregularidades, incluindo a ausência de comprovação da regularidade das despesas realizadas e pagamentos acima dos valores previstos em contrato. O conselheiro relator destacou que o ordenador das despesas não apresentou documentos que comprovassem a correta aplicação dos recursos, limitando-se a questionar a obrigatoriedade da apresentação.

Diante das irregularidades comprovadas, o Plenário do TCM decidiu, além da indisponibilidade dos bens, transformar o processo em Tomada de Contas e remeter os autos ao Ministério Público do Estado para as devidas providências. O Poder Legislativo de Trairão também será comunicado da decisão.

A apuração do TCM teve como ponto de partida o relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) “DOS ALUGUÉIS DE FAZ DE CONTAS”, instaurada pela Câmara de Vereadores de Trairão para investigar a execução dos contratos de locação de veículos e máquinas firmados pela prefeitura.

A CPI apontou indícios de fraude em licitações, ausência de comprovação da prestação dos serviços e falta de documentos que comprovassem a propriedade ou existência dos equipamentos.

Fonte: O Impacto

Fonte: g1 Santarém Fonte:Jornal Folha do Progresso e Publicado Por: <https://www.adeciopiran.com.br> em 05/06/2025:18:00:00 Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação blog <https://www.adeciopiran.com.br> (93) 98117 7649/ e-mail: <mailto:adeciopiran.blog@gmail.com>

<https://www.folhadoprogresso.com.br/moradia-digna-e-funcional-como-a-tecnologia-pode-ajudar-familias-da-regiao-a-planejar-melhor-seus-lares/>